



CS BRASIL FROTAS S.A.

CNPJ/MF Nº 27.595.780/0001-16

RELATÓRIO DE ADMINISTRAÇÃO

Senhores Cotistas: A CS Brasil Frotas S.A., em cumprimento as disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas., as demonstrações financeiras, bem como notas explicativas e parecer do auditor independente, relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021. Mogi das Cruzes (SP), em 11 de abril de 2022. **A ADMINISTRAÇÃO.**

BALANÇOS PATRIMONIAIS - EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020 - Em milhares de reais

	Notas	31/12/2021	31/12/2020		Notas	31/12/2021	31/12/2020
ATIVO				PASSIVO			
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	6	9.711	6.224	Fornecedores	12	261.866	215.422
Títulos e valores mobiliários	7	362.212	329.418	Risco sacado a pagar - montadoras	-	-	4.758
Contas a receber	8	112.712	109.716	Empréstimos e financiamentos	13	-	5.847
Estoques	-	2.504	766	Debêntures	14	36.951	-
Tributos a recuperar	-	1.583	1.241	Arrendamento por direitos de uso	16	15.804	10.166
Imposto de renda e contribuição social antecipados	20.3	4.800	2.480	Arrendamento a pagar - Instituições financeiras	15	37.731	70.302
Ativo imobilizado disponibilizado para venda	9	69.271	58.208	Obrigações trabalhistas e sociais	-	2.343	1.307
Outros créditos	10	42.400	21.031	Tributos a recolher	-	1.044	8.775
Total dos ativos circulantes		605.193	529.084	Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar	21.2	5.914	2.348
Não circulante				Outras contas a pagar e adiantamentos	17	37.723	27.315
Contas a receber	8	2	-	Total dos passivos circulantes		399.376	346.240
Tributos a recuperar	-	58	312	Não circulante			
Depósitos judiciais	18	504	504	Empréstimos e financiamentos	13	-	4.994
Outros créditos	10	5.912	20.106	Arrendamento por direito de uso	16	3.569	5.978
Total do ativo realizável a longo prazo		6.476	20.922	Arrendamento a pagar - Instituições financeiras	15	7.390	69.215
Imobilizado	11	1.761.544	767.957	Imposto de renda e contribuição social diferidos	20.1	92.024	38.187
Intangível	-	2.622	1.483	Total dos passivos não circulantes		102.983	118.374
Total dos ativos não circulantes		1.770.642	790.362	Patrimônio líquido			
				Capital social	21.1	1.378.222	776.722
				Reservas de capital	-	313.646	-
				Reservas de lucros	21.2	181.608	78.110
				Total do patrimônio líquido		1.873.476	854.832
Total do ativo		2.375.835	1.319.446	Total do passivo e do patrimônio líquido		2.375.835	1.319.446

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020 (Em milhares de Reais)

	Notas	31/12/2021	31/12/2020
Receita líquida de venda, locação, prestação de serviços e venda de ativos desmobilizados	22	554.312	382.035
(-) Custo de venda, locação, prestação de serviços e venda de ativos desmobilizados	-	(298.411)	(239.202)
(=) Lucro bruto		255.901	142.833
Despesas comerciais	23	(3.006)	(404)
Despesas administrativas	23	(17.482)	(10.434)
(Provisão) de perdas esperadas ("impairment") de contas a receber	23	(144)	(548)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	23	146	1.822
Despesas operacionais, líquidas		(20.486)	(9.564)
Lucro operacional antes das receitas, despesas financeiras e impostos		235.415	133.269
Receitas financeiras	24	5.627	5.860
Despesas financeiras	24	(8.539)	(18.283)
Resultado financeiro, líquido		(2.912)	(12.423)
(=) Lucro antes do imposto de renda e contribuição social		232.503	120.846
Imposto de renda e contribuição social – corrente	20.2	(10.237)	(16.410)
Imposto de renda e contribuição social – diferido	20.2	(53.837)	(15.825)
Imposto de renda e da contribuição social, líquidos		(64.074)	(32.235)
Lucro líquido do exercício		168.429	88.611

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020 (Em milhares de Reais)

	31/12/2021	31/12/2020
Lucro líquido do exercício	168.429	88.611
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente do exercício	168.429	88.611

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020 (Em milhares de Reais)

	Notas	Reserva de lucros					Total do Patrimônio líquido
		Capital social	Reservas de capital	Reserva legal	Retenção de lucros	Lucros acumulados	
Saldos em 31 de dezembro de 2019		476.722	-	-	53.799	-	530.521
Aumento de capital	-	300.000	-	-	-	-	300.000
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	88.611	88.611
Distribuição de dividendos	21.2	-	-	-	-	(64.300)	(64.300)
Retenção de lucros	-	-	-	-	24.311	(24.311)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2020		776.722	-	-	78.110	-	854.832
Aumento de capital	21.1	601.500	-	-	-	-	601.500
Emissão de debêntures conversíveis em ações	14	-	350.000	-	-	-	350.000
Ajuste ao valor presente dos juros da debêntures conversível em ações	14	-	(36.354)	-	-	-	(36.354)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	168.429	168.429
Reserva legal	-	-	-	8.421	-	(8.421)	-
Dividendos e juros sobre capital próprio distribuídos	21.2	-	-	-	-	(64.931)	(64.931)
Retenção de lucros	-	-	-	-	95.077	(95.077)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2021		1.378.222	313.646	8.421	173.187	-	1.873.476

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020 (Em milhares de Reais, exceto quanto indicado de outra forma)

1. INFORMAÇÕES GERAIS

A CS Brasil Frotas S.A. ("Empresa") é uma empresa S.A controlada direta da CS Brasil Participações e Locações S.A. ("CS Brasil Participações") com sede na Av. Saraiva, 400, Vila Cintra - Mogi das Cruzes, São Paulo, que tem como atividades preponderantes: locação de veículos automotores sem condutor; prestação de serviços de gerenciamento, gestão e manutenção de frota (preventiva e corretiva), podendo ainda, participar de outras sociedades, como sócio ou acionista. Em 05 de agosto de 2020, com a reestruturação da Simpar S.A. ("Simpar"), o controle indireto da Empresa foi transferido da JSL para a Simpar. Em 26 de julho de 2021, foi celebrado um contrato de venda para a Movida Participações S.A., de 100% do capital da CS Brasil Participações S.A. e sua controlada direta CS Frotas Ltda. A reestruturação foi efetuada mediante aumento de capital realizado pela Movida Participações S.A., no valor total de R\$ 583.480 com a emissão de 63.381.072 novas ações ordinárias pela aquisição do referido investimento com parte relacionada. Em 07 de dezembro de 2021, foi aprovada a conversão das quotas da Empresa em ações ordinárias à razão de 1 quota por 1 ação ordinária, transformando-se a Empresa de Sociedade Limitada em uma Sociedade por Ações e alteração da razão social para CS Brasil Frotas S.A. Em 28 de dezembro de 2021 a Assembleia Geral Extraordinária da Movida Participações S.A. aprovou a Cisão Parcial da CS Participações transferindo para a Movida Locações. Pertencentes ao mesmo grupo econômico, entendem que a cisão parcial se insere no contexto da reorganização administrativa, financeira e jurídica dos negócios da CS Participações e será realizada tendo em vista a necessidade de segregação e redistribuição de determinados ativos e passivos da CS Participações em outra estrutura societária, visando otimizar sua estrutura e permitir que seus acionistas possam realocar tais ativos e passivos com maior eficiência. A Parcela cindida é composta (i) pelo investimento na CS Brasil Frotas S.A. ("CS Frotas"), sociedade operacional, correspondente a 557.587.450 ações de sua emissão, representativas de, aproximadamente, 40,45% de seu capital social total avaliadas, segundo o Laudo de Avaliação, em R\$ 620.339; e (ii) pelo saldo passivo referente aos débitos da totalidade das 600.000 debêntures da 1ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirográfaria, com garantia fidejussória adicional, em série única realizada pela CS Participações em 10 de dezembro de 2020 e avaliado, segundo o Laudo de Avaliação, em R\$ 620.339. **1.1. Principais eventos ocorridos durante o exercício de 2021 - a) Reestruturação societária - Cisão parcial da CS Participações com o investimento da CS Frotas e mudança de controlador Simpar para a Movida Participações** - Em 26 de julho de 2021, em assembleia geral extraordinária, foi aprovada a reestruturação societária da CS Participações, mudando o controle direto de sua controladora da Simpar para a Movida Participações S.A. **b) Aumento de capital social** - Durante o exercício de 2021, houveram dois aumentos de capital mediante deliberação em assembleias gerais extraordinárias, um aumento em 23 de abril de 2021 com aumento de R\$ 100.000.000 passando o capital de R\$ 776.722.201,00 para R\$ 876.722.201,00 com um total de 876.722.201 quotas sociais com valor nominal de R\$ 1,00 (um real) cada uma, e outro aumento em 26 de novembro de 2021, com um aumento de R\$ 501.500.000 passando o capital de R\$ 876.722.201,00 para R\$ 1.378.222.201,00 com um total de 1.378.222.201 quotas sociais com valor nominal de R\$ 1,00 (um real) cada uma. **c) Alteração da Empresa de Sociedade Limitada para Sociedade por ações - CS Frotas** - Conforme deliberação dos sócios quotistas em reunião datada de 07 de dezembro de 2021, e Assembleia Geral realizada nessa mesma data, foi aprovada a conversão das quotas da Empresa em ações ordinárias à razão de 1 quota por 1 ação ordinária, transformando-se a Empresa de Sociedade Limitada em uma Sociedade por Ações e alteração da razão social para CS Brasil Frotas S.A. **d) 1ª emissão de debêntures simples, conversíveis em ações, em série única, da espécie quirográfaria, para colocação privada, da CS Brasil Frotas S.A.** - Em 23 de dezembro de 2021, a Companhia realizou o Instrumento particular de escritura de debênture simples, conversíveis em ações, da espécie quirográfaria para colocação privada da 1ª emissão de debêntures simples, em série única. O valor foi de R\$ 350.000 com taxa de CDI + 2,00% e vencimento final em 20 de janeiro de 2023. **e) Cisão parcial da Empresa para a Movida Locação de Veículos S.A. ("Movida Locações")** - Em 28 de dezembro de 2021 visando uma melhor segregação dos negócios, a CS Participações cindiu parcialmente 61,76% da sua participação direta no investimento da CS Frotas, incluindo a 1ª emissão de debêntures a valor contábil, para a Movida Locações. **1.2. Situação da COVID-19** - A Companhia e suas controladas continuam monitorando os desdobramentos da pandemia da COVID-19 quanto aos aspectos econômicos, financeiros, sociais e de saúde, e mantém as ações, alinhadas com as diretrizes da OMS, que foram implementadas para o cuidado de seus colaboradores. A Administração continua supervisionando as suas práticas de gestão de riscos, a fim de tomar as decisões necessárias para garantir a continuidade de suas operações, e neutralizar impactos sociais, financeiros e econômicos adversos que eventualmente possam ocorrer. Neste cenário, a Empresa vem monitorando os efeitos nos seus

negócios e na avaliação das principais estimativas e julgamentos contábeis críticos, bem como em outros saldos com potencial de gerar incertezas e impactos nas demonstrações financeiras. As avaliações mais relevantes estão comentadas a seguir: A maior parte da receita da Empresa é originada de contratos de longo prazo de locação de frota para empresas prestadoras de serviços considerados essenciais. Portanto, essas atividades mantiveram suas operações em pleno funcionamento. A Empresa mantém uma condição financeira sólida para garantia da continuidade das suas operações e cumprimento de suas obrigações. Durante todo o exercício, vem demonstrando resiliência de seus negócios, mantendo níveis de receita, lucratividade e geração de caixa. (i) Análises de recuperação ("impairment") de ativos financeiros - A CS Brasil Frotas S.A. acompanha seus ativos financeiros, incluindo suas contas a receber, avaliando a necessidade de constituir provisões adicionais de recuperação ("impairment"). Essas análises são conduzidas considerando a situação de risco de crédito e inadimplência corrente conhecidas até o momento. Para ativos financeiros mantidos com instituições financeiras, as marcações a mercado foram realizadas e os impactos reconhecidos no resultado. Como resultado dessas análises, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021, não foi identificada necessidade de constituir provisões adicionais. (ii) Análises de recuperação ("impairment") de ativos não financeiros - Assim como as análises para os ativos financeiros, a Companhia avalia se há indicativos de perda dos valores de recuperação de seus ativos não financeiros, que não foram observados para 31 de dezembro de 2021. (iii) Concessões anunciadas pelos governos municipais, estaduais e federal - Os governos municipais, estaduais e federal anunciaram diversas medidas de combate aos impactos negativos da COVID-19. Principalmente o governo federal, emitiu medidas provisórias, decretos e leis concedendo descontos e prorrogações de pagamentos de impostos e contribuições sociais. A Companhia aderiu parcialmente a esses programas, de modo que estão pagando normalmente parte dos tributos e parte de algumas contribuições serão pagas de acordo com o cronograma especial estabelecido pelo governo federal. Todos os efeitos contábeis relacionados estão refletidos adequadamente nas demonstrações financeiras como tributos a recolher e despesas respectivas no resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2021. Para a emissão destas informações trimestrais, foi analisado o cenário até agora vivido, com o intuito de identificar eventuais indicativos de perdas que pudessem impactar em suas estimativas, julgamentos e premissas, a recuperabilidade dos seus ativos, e a mensuração das provisões apresentadas. Foram considerados inclusive, os eventos subsequentes ocorridos até a data de aprovação para emissão destas informações trimestrais, e não foram identificados indicativos de perdas. **1.3. Sustentabilidade e meio ambiente** - A gestão do Grupo Simpar promove a incorporação da sustentabilidade na estratégia, nas tomadas de decisões e no propósito do grupo, precedendo a exposição aos riscos e priorizando a maximização de impactos socioambientais positivos. No exercício findo em 31 de dezembro de 2021, a Administração considerou a exposição aos riscos relacionados ao clima, de forma a construir uma estratégia corporativa em linha com a transição para economia de baixo carbono. São esses riscos: • regulatórios e legais: decorrentes de mudanças regulatórias brasileiras e/ou internacionais que incentivem a transição para uma economia de baixo carbono e que aumenta o risco de litígio e/ou restrições comerciais e/ou operacionais relacionadas à suposta contribuição, mesmo que indireta, para intensificação das mudanças climáticas; • tecnológicos: decorrentes do surgimento de novas tecnologias e inovações na direção de uma economia com maior eficiência energética e de baixo carbono, que pudessem impactar na atual base operacional do grupo; • de mercado: decorrentes de mudanças na preferência dos participantes do mercado por certos produtos e serviços à medida em que questões relacionadas ao clima passam a ser consideradas nas tomadas de decisão; e • reputacionais: relacionados à mudança de percepções dos clientes e da sociedade de maneira geral em relação à contribuição positiva ou negativa de uma organização para uma economia de baixo carbono. **Mudanças climáticas** - Entre os impactos decorrentes das operações de seu portfólio, o Grupo Simpar considera como um dos temas materiais às mudanças climáticas. Por isso, o tema consta na Política de Sustentabilidade, com foco em discussões estratégicas, promovidas mensalmente pelos comitês de sustentabilidade e trimestralmente apresentadas ao Conselho de Administração. A gestão do tema ocorre principalmente no âmbito do Programa de Emissões de Gases do Efeito Estufa (GEE). O objetivo da Companhia é estimar o impacto ambiental de seus negócios, principalmente no contexto de discussões sobre planos de redução de emissões em diversos fóruns ao redor do mundo. Nesse sentido, em 2021, medidas foram reforçadas para mitigar impactos, a exemplo de uso racional de combustíveis, renovação contínua da frota e monitoramento de indicadores, por meio de inventário de emissões com base na metodologia internacional do GHG Protocol. Assim, a busca é por aprimorar a influência, o monitoramento e o diálogo com toda a cadeia de valor. Em 2021, reafirmamos nosso compromisso com a descarbonização de nossas operações para enfrentamento às

continua



Esta publicação é certificada pelo Estadão, e foi publicada na página de Relação com o Investidor, o Estadão RI. Sua autenticidade pode ser conferida no QR Code ao lado ou pelo site: <https://estadao.ri.estadao.com.br/publicacoes/>

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIOS FIMOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020 (Em milhares de Reais, exceto quanto indicado de outra forma)

mudanças climáticas assinando o documento “Empresários pelo Clima” e nos comprometendo com metas de redução das emissões de GEE no Brasil. Além disso, contamos com um grupo de trabalho multidisciplinar sobre o tema, acompanhamos a evolução dos debates nas esferas nacional e internacional, além de observamos aspectos regulatórios, antecipando quaisquer impactos potenciais. **Gestão de riscos, oportunidades e estratégia sobre mudanças climáticas** - O setor, em que a Companhia e sua controlada estão inseridas, gera impacto pelo consumo de combustíveis fósseis e decorrentes das emissões atmosféricas, fato que pode ter grande interferência nas mudanças climáticas. Nesse sentido, além de adotar ações para minimizar emissões de GEE – principalmente com a manutenção de frota com baixa idade média, o Grupo Simpar acompanha discussões legislativas, realiza análises internas e externas, promove benchmarking nacional e internacional e estuda pareceres de agências externas em relação aos temas ESG e assim, mantém atualizada sua matriz de riscos climáticos, com vistas a amplificar a cobertura de riscos contra eventos extremos. **Estratégia de descarbonização** - O plano estratégico do Grupo Simpar para reduzir seu impacto na emissão de CO2, inclui as seguintes metas:

- Potencial para aquisição de veículos elétricos ou movidos a biometano;
- Migração do consumo de combustível da gasolina para o etanol;
- Implementação de mecanismos para incentivar e garantir o uso do etanol em substituição à gasolina em sua frota própria;
- Implantação da tecnologia de telemetria na maior parte da frota, promovendo melhor desempenho do motorista, reduzindo o consumo de combustível em sua frota locada;
- Ampliação da participação das fontes renováveis de energia na matriz energética, permitindo que as emissões sejam substancialmente reduzidas;
- Promoção da redução das emissões de CO2, por meio da implementação de novas tecnologias, como difusor para instalação em veículos a gasóleo, permitindo uma explosão limpa no motor em sua frota locada;
- Programas de incentivos junto aos seus clientes que visem otimizar as operações da sua frota locada, tornando-as mais eficientes, investindo em melhores tecnologias e manutenção.

Engajamento em mudanças climáticas - O Grupo Simpar considera imprescindível seu papel na disseminação e fomentação de boas práticas na sociedade. Nesse contexto, através de suas subsidiárias, possui programas e iniciativas que buscam auxiliar os clientes no mapeamento de emissões e oferecer oportunidades de redução e neutralização de carbono, como por exemplo, o Programa Carbon Free da Movida. Na CS Brasil, há o Programa Motorista Ouro, fomenta o consumo eficiente de combustível e redução da emissão de GEE junto aos motoristas. De forma geral, todas as controladas buscam engajar seus clientes, colaboradores e demais públicos em projetos de Sustentabilidade, pois entende-se que, a partir dessas iniciativas, novas oportunidades de atuação podem surgir e gerar ainda mais impacto positivo para a sociedade. Atenta aos riscos e oportunidades em mudanças climáticas, o Grupo Simpar busca antecipar-se ao que, um dia, pode ser uma regulamentação. A Companhia participa de iniciativas e fóruns nesse sentido, além de adotar práticas voluntárias, a exemplo da publicação do inventário de GEE nos moldes do GHG Protocol. **Gestão de recursos naturais** - O Grupo Simpar possui sua sede administrativa, onde também está localizada a sede administrativa da Companhia e sua controlada, certificada pela norma ISO 14001, com indicadores-chave de desempenho e indicadores de eficiência energética. Para consumo racional de energia elétrica, são mantidas diretrizes de eficiência; manual do Sistema de Gestão Ambiental; e o monitoramento contínuo do consumo de energia elétrica, com indicadores de desempenho baseadas nas métricas quilowatts/colaboradores. Em relação a gestão de resíduos o Grupo Simpar dispõe de um Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos, tendo como os principais resíduos gerados em nossas operações pneus, materiais contaminados e óleo lubrificante, sendo usado em oficinas próprias ou terceiras. Adotamos como procedimento interno a avaliação da condição dos pneus, a fim de identificar possibilidades de recapagem e outras formas de reutilização. Já o óleo lubrificante é submetido a um processo de refino, por empresa especializada, permitindo o reuso. Ainda em 2021, iniciamos um teste piloto com o software voltado à gestão de resíduos em 57 unidades piloto do Grupo Simpar, objetivando o aumento de nosso desempenho na tratativa do tema.

2. BASE DE PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS ADOTADAS

2.1. Declaração de conformidade com relação ao Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC - As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as práticas incluídas na legislação societária Brasileira e os pronunciamentos técnicos, as orientações e as interpretações técnicas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”), aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (“CFC”). Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão. Estas demonstrações financeiras foram aprovadas e autorizadas para emissão pela Diretoria em 11 de abril de 2022. **Base de mensuração** - As demonstrações financeiras anuais foram elaboradas com base no custo histórico como base de valor, exceto pelos instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado conforme divulgado nota explicativa 5.1, quando aplicável. **2.1.1. Moeda funcional e moeda de apresentação** - **a) Moeda funcional e moeda de apresentação** - Estas demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia e de suas controladas. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. **b) Transações e saldos** - As operações com moedas estrangeiras são convertidas para o Real, utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou nas datas da avaliação, quando os itens são remensurados. Os ganhos e as perdas cambiais relacionados aos ativos e passivos financeiros como empréstimos, caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários indexados em moeda diferente do Real, são contabilizados na demonstração do resultado como receita ou despesa financeira. **2.2. Instrumentos financeiros** - **2.2.1. Ativos financeiros** - **a) Reconhecimento e mensuração** - As contas a receber de clientes são reconhecidas inicialmente na data em que foram originadas. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Empresa se tornar parte das disposições contratuais do instrumento. Um ativo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao valor justo, os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contra a receber de clientes é mensurado inicialmente ao preço da operação. **b) Classificação e mensuração subsequente** - **Instrumentos financeiros** - No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ou Valor justo por meio do resultado ou de outros resultados abrangentes. Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios. Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e
- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto. Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. Isso inclui todos os ativos financeiros derivativos (veja a nota explicativa 5.2). No reconhecimento inicial, a Empresa pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda aos requisitos para ser mensurado ao custo amortizado como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria. **Ativos financeiros - Avaliação do modelo de negócio** - A Empresa realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem:
 - as políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Eles incluem a questão de saber se a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos; e
 - como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração da Companhia; e
 - os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados; e
 - como os gerentes do negócio são remunerados - por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos; e
 - a frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras. As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos da Empresa. Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado. **Ativos financeiros - avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros** - Para fins dessa avaliação, o “principal” é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os “juros” são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro. A Empresa considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, a Companhia considera:
 - eventos contingentes que modifiquem o valor ou a época dos fluxos de caixa; e
 - termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis; e
 - o pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e
 - os termos que limitam o acesso da Companhia a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo. O pagamento antecipado é consistente com o critério de pagamentos do principal e juros caso o valor do pré-pagamento represente, em sua maior parte, valores não pagos do principal e de juros sobre o valor do principal pendente - o que pode incluir uma compensação adicional razoável pela rescisão antecipada do contrato. Além disso, com relação a um ativo financeiro adquirido por um valor menor ou maior do que o valor nominal do contrato, a permissão ou a exigência de pré-pagamento por um valor que represente o valor nominal do contrato mais os juros contratuais (que também pode incluir compensação adicional razoável pela rescisão antecipada do contrato) acumulados (mas não pagos) são tratadas como consistentes com esse critério se o valor justo do pré-pagamento for insignificante no reconhecimento inicial.

Ativos financeiros - Mensuração subsequente e ganhos e perdas

Ativos financeiros a VJR	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado.
Ativos financeiros a custo amortizado	Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por <i>impairment</i> . A receita de juros e o <i>impairment</i> são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

c) Desreconhecimento - A Empresa desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Empresa transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Empresa nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro. **2.2.2. Passivos financeiros - classificação, mensuração subsequente e desreconhecimento** - Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado. Passivos a custo amortizado são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros é reconhecida no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado. A Empresa desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Empresa também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo. **2.2.3. Compensação** - Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. **2.2.4. Redução ao valor recuperável (“impairment”) de ativos financeiros** - A Empresa reconhece provisões para perdas esperadas de créditos sobre ativos financeiros mensurados ao custo amortizado. A Empresa mensura a provisão para perda em um montante igual à perda de crédito esperada para a vida inteira. A Empresa utiliza uma “matriz de provisão” simplificada para calcular as perdas esperadas para seus recebíveis comerciais, segundo a qual o montante das perdas esperadas é definido de modo “ad hoc”. A matriz de provisão é baseada nos percentuais de perda histórica observadas ao longo da vida esperada dos recebíveis e é ajustada para clientes específicos de acordo com as estimativas futuras e fatores qualitativos, tais como, capacidade financeira do devedor, garantias prestadas, renegociações em curso, entre outros que são monitorados. Esses fatores qualitativos são monitorados mensalmente por um comitê, denominado comitê de crédito e cobrança. Os percentuais de perda histórica e as mudanças nas estimativas futuras são revistos a cada período de divulgação ou sempre que algum evento significativo ocorra com indícios que pode haver uma mudança significativa nesses percentuais. Para as perdas de crédito esperadas classificadas ao custo amortizado, a metodologia de “impairment” aplicada depende do aumento significativo do risco de crédito da contraparte. Na nota explicativa 5.3.a (ii) é detalhado como a Empresa determina se houve um aumento significativo no risco de crédito. A provisão para perdas para ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado é deduzida do valor contábil bruto dos ativos. O valor contábil bruto de um ativo financeiro é baixado quando a Empresa não tem expectativa razoável de recuperar o ativo financeiro em sua totalidade ou em parte. Com relação a clientes individuais, a Empresa adota a política de baixar o valor contábil bruto após 12 meses e validação do Comitê Financeiro, que avalia individualmente os clientes com base na experiência histórica de recuperação de ativos similares. A Empresa não espera nenhuma recuperação significativa do valor baixado. No entanto, os ativos financeiros baixados podem ainda estar sujeitos à execução de crédito para o cumprimento dos procedimentos da Empresa para a recuperação dos valores devidos.

2.3. Mensuração ao valor justo - Valor justo é o preço que seria recebido na venda de um ativo ou pago pela transferência de

um passivo em uma transação ordenada entre participantes do mercado na data de mensuração, no mercado principal ou, na sua ausência, no mercado mais vantajoso ao qual a Empresa tem acesso nessa data. O valor justo de um passivo reflete o seu risco de descumprimento (*non-performance*). O risco de descumprimento inclui, entre outros, o próprio risco de crédito da Empresa. Uma série de políticas contábeis e divulgações da Empresa requer a mensuração de valores justos, utilizando-se premissas e estimativas, tanto para ativos e passivos financeiros como não financeiros veja nota explicativa 3.1. Quando disponível, a Empresa mensura o valor justo de um instrumento utilizando o preço cotado num mercado ativo para esse instrumento. Um mercado é considerado como ativo se as transações para o ativo ou passivo ocorrem com frequência e volume suficientes para fornecer informações de precificação de forma contínua. Se não houver um preço cotado em um mercado ativo, a Empresa utiliza técnicas de avaliação que maximizam o uso de dados observáveis relevantes e minimizam o uso de dados não observáveis. A técnica de avaliação escolhida incorpora todos os fatores que os participantes do mercado levariam em conta na precificação de uma transação. Se um ativo ou um passivo mensurado ao valor justo tiver um preço de compra e um preço de venda, a Empresa mensura ativos com base em preços de compra e passivos com base em preços de venda. A melhor evidência do valor justo de um instrumento financeiro no reconhecimento inicial é normalmente o preço da transação - ou seja, o valor justo da contrapartida dada ou recebida. Se a Empresa determinar que o valor justo no reconhecimento inicial difere do preço da transação e o valor justo não é evidenciado nem por um preço cotado num mercado ativo para um ativo ou passivo idêntico nem baseado numa técnica de avaliação para a qual quaisquer dados não observáveis são julgados como insignificantes em relação à mensuração, então o instrumento financeiro é mensurado inicialmente pelo valor justo ajustado para diferir a diferença entre o valor justo no reconhecimento inicial e o preço da transação. Posteriormente, essa diferença é reconhecida no resultado numa base adequada ao longo da vida do instrumento, ou até o momento em que a avaliação é totalmente suportada por dados de mercado observáveis ou a transação é encerrada, o que ocorrer primeiro. **2.4. Ativo imobilizado disponibilizado para venda (Renovação de frota)** - Para atendimento dos seus contratos de prestação de serviços, a Empresa renova constantemente sua frota. Os veículos, as máquinas e os equipamentos disponibilizados para substituição são reclassificados da rubrica imobilizado para “Ativo imobilizado disponibilizado para venda”. Os valores são apresentados pelo menor valor entre o saldo líquido contábil, que é o resultado do valor de aquisição menos a depreciação acumulada até a data em que os bens foram disponibilizados para venda, e os seus valores justos deduzidos dos custos estimados para vendê-los. Esses bens estão disponíveis para venda imediata em suas condições atuais e, sua venda em prazo inferior a um ano é altamente provável. Conforme a demanda, como em períodos de alta sazonalidade, os veículos, máquinas e equipamentos podem novamente ser direcionados para utilização nas operações. Quando isso ocorre, os bens retornam para a base de ativo imobilizado e a depreciação respectiva volta a ser contabilizada. **2.5. Imobilizado** - **a) Reconhecimento e mensuração** - Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável (“*impairment*”), quando aplicável. Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado. Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado do exercício. **b) Custos subsequentes** - Gastos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos sejam auferidos pela Empresa. Gastos de manutenção e reparos recorrentes são reconhecidos no resultado quando incorridos. **c) Depreciação** - A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, líquido de seus valores residuais estimados de venda, utilizando o método linear pelo tempo de vida útil estimada dos itens. Desta forma, as taxas de depreciação são definidas de acordo com a data em que o bem foi comprado, o tipo do bem comprado e a data e valor estimado de venda (método de depreciação por uso e venda). A depreciação de veículos, máquinas e equipamentos compõe o custo da prestação de serviços e a depreciação dos demais itens do ativo imobilizado está registrada como despesa. As taxas médias de depreciação dos bens para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 estão demonstradas na nota explicativa 14. A Empresa adota o procedimento de revisar anualmente as estimativas do valor de mercado esperado no final da vida útil econômica de seus ativos imobilizados, acompanha regularmente as estimativas de sua vida útil econômica utilizadas para determinação das respectivas taxas de depreciação e amortização e sempre que necessário são efetuadas análises sobre a recuperabilidade dos seus ativos. **d) Redução ao valor recuperável (“impairment”)** - Os valores contábeis dos ativos não financeiros são revistos a cada data de balanço para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021, não foram observados indícios, os quais a Empresa fosse requerido a realizar uma estimativa formal do valor presente recuperável. **2.6. Arrendamentos** - No início de um contrato, a Empresa avalia se um contrato é ou contém um arrendamento. Um contrato é, ou contém um arrendamento, se o contrato transfere o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação. Para avaliar se um contrato transfere o direito de controlar o uso de um ativo identificado, a Empresa utiliza a definição de arrendamento do CPC 06 (R2) / IFRS 16. **(i) Como arrendatário** - No início ou na modificação de um contrato que contém um componente de arrendamento, a Empresa aloca a contraprestação no contrato a cada componente de arrendamento com base em seus preços individuais. No entanto, para os arrendamentos de propriedades, a Empresa optou por não separar os componentes que não sejam de arrendamento e contabilizam os componentes de arrendamento e não arrendamento como um único componente. A Empresa reconhece um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente ao custo, que compreende o valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento, ajustado para quaisquer pagamentos de arrendamento efetuados até a data de início, mais quaisquer custos diretos iniciais incorridos pelo arrendatário e uma estimativa dos custos a serem incorridos pelo arrendatário na desmontagem e remoção do ativo subjacente, restaurando o local em que está localizado ou restaurando o ativo subjacente à condição requerida pelos termos e condições do arrendamento, menos quaisquer incentivos de arrendamentos recebidos. O ativo de direito de uso é subsequentemente depreciado pelo método linear desde a data de início até o final do prazo do arrendamento, a menos que o arrendamento transfira a propriedade do ativo subjacente ao arrendatário ao fim do prazo do arrendamento, ou se o custo do ativo de direito de uso refletir que o arrendatário exercerá a opção de compra. Nesse caso, o ativo de direito de uso será depreciado durante a vida útil do ativo subjacente, que é determinada na mesma base que a do ativo imobilizado. Além disso, o ativo de direito de uso é periodicamente reduzido por perdas por redução ao valor recuperável, se houver, e ajustado para determinadas remensurações do passivo de arrendamento. O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente ao valor presente dos pagamentos do arrendamento que não são efetuados na data de início, descontados pela taxa de juros nominal implícita no arrendamento ou, se essa taxa não puder ser determinada imediatamente, pela taxa de empréstimo incremental da Empresa. A Empresa usa sua taxa incremental sobre empréstimos como taxa de desconto, que é calculada obtendo taxas de juros de várias fontes externas de financiamento e fazendo alguns ajustes para refletir os termos do contrato e o tipo do ativo arrendado. Os pagamentos de arrendamento incluídos na mensuração do passivo de arrendamento compreendem o seguinte:

- pagamentos fixos, incluindo pagamentos fixos na essência e os créditos de PIS/COFINS;
- pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de índice ou taxa, inicialmente mensurados utilizando o índice ou taxa na data de início; e
- valores que se espera que sejam pagos pelo arrendatário, de acordo com as garantias de valor residual; e
- o preço de exercício da opção de compra se o arrendatário estiver razoavelmente certo de exercer essa opção, e pagamentos de multas por rescisão do arrendamento, se o prazo do arrendamento refletir o arrendatário exercendo a opção de rescindir o arrendamento. O passivo de arrendamento é mensurado pelo custo amortizado, utilizando o método dos juros efetivos. É remensurado quando há uma alteração nos pagamentos futuros de arrendamento resultante de alteração em índice ou taxa, se houver alteração nos valores que se espera que sejam pagos de acordo com a garantia de valor residual, se a Empresa alterar sua avaliação se exercerá uma opção de compra, extensão ou rescisão ou se há um pagamento de arrendamento revisado fixo em essência. Quando o passivo de arrendamento é remensurado dessa maneira, é efetuado um ajuste correspondente ao valor contábil do ativo de direito de uso ou é registrado no resultado se o valor contábil do ativo de direito de uso tiver sido reduzido a zero. A Empresa apresenta ativos de direito de uso que não atendem à definição de propriedade para investimento em “ativo imobilizado” e passivos de arrendamento em “arrendamentos a pagar” no balanço patrimonial. **Arrendamentos de ativos de curto prazo e baixo valor** - A Empresa classifica seus arrendamentos operacionais de acordo com os critérios apresentados no CPC 06 (R1) / IAS 17, tais como:
 - não reconhece ativos e passivos de direito de uso para arrendamentos cujo prazo de arrendamento se encerra dentro de 12 meses da data da aplicação inicial;
 - não reconhece ativos e passivos de direito de uso para arrendamentos de ativos de baixo valor (por exemplo, equipamentos de TI); e
 - exclui os custos diretos iniciais da mensuração do ativo de direito de uso na data da aplicação inicial; e
 - utiliza retrospectivamente a determinar o prazo do arrendamento. **(ii) Como arrendador** - No início ou na modificação de um contrato que contém um componente de arrendamento, a Empresa aloca a contraprestação no contrato a cada componente de arrendamento com base em seus preços independentes. Quando a Empresa atua como arrendador, determina, no início da locação, se cada arrendamento é um arrendamento financeiro ou operacional. Para classificar cada arrendamento, a Empresa faz uma avaliação geral se o arrendamento transfere substancialmente todos os riscos e benefícios inerentes à propriedade do ativo subjacente. Se for esse o caso, o arrendamento é um arrendamento financeiro; caso contrário, é um arrendamento operacional. Como parte dessa avaliação, a Empresa considera certos indicadores, como se o prazo do arrendamento é equivalente à maior parte da vida econômica do ativo subjacente. Quando a Empresa é um arrendador intermediário, ele contabiliza seus interesses no arrendamento principal e no subarrendamento separadamente. Ele avalia a classificação do subarrendamento com base no ativo de direito de uso resultante do arrendamento principal e não com base no ativo subjacente. Se o arrendamento principal é um arrendamento de curto prazo que a Empresa, como arrendatário, contabiliza aplicando a isenção descrita acima, ele classifica o subarrendamento como um arrendamento operacional. Se um acordo contiver componentes de arrendamento e não arrendamento, a Empresa aplicará o CPC 47 / IFRS 15 para alocar a contraprestação no contrato. A Empresa aplica os requisitos de desreconhecimento e redução ao valor recuperável do CPC 48 / IFRS 9 ao investimento líquido no arrendamento (veja notas explicativas 2.2.1. (c) e 2.5.4). A Empresa também revisa regularmente os valores residuais não garantidos estimados, utilizados no cálculo do investimento bruto no arrendamento. A Empresa reconhece os recebimentos de arrendamento decorrentes de arrendamentos operacionais como receita pelo método linear ao longo do prazo do arrendamento como parte de suas receitas operacionais. **2.7. Imposto de renda e contribuição social correntes (“IRPJ e CSLL”)** - As despesas de imposto de renda e contribuição social do exercício compreendem os impostos corrente e diferido. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado. O encargo de imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro corrente é calculado com base nas leis tributárias vigentes na data do balanço. A Administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Companhia nas aplicações de impostos sobre a renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações e estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais. O imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro são apresentados líquidos, por entidade contribuinte, no passivo quando houver montantes a pagar, ou no ativo quando os montantes antecipadamente pagos excedem o total devido na data do relatório, e se existir um direito legal e exequível de compensar os passivos com os ativos fiscais, e se estiverem relacionados aos impostos lançados pela mesma autoridade fiscal. O imposto de renda e a contribuição social sobre lucro diferidos são reconhecidos sobre as diferenças temporárias entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras. Entretanto, o imposto de renda e a contribuição social diferidos não são contabilizados se resultar do desreconhecimento inicial de um ativo ou passivo em uma operação que não seja uma combinação de negócios, a qual, na época da transação, não afeta o resultado contábil, nem o lucro tributável (prejuízo fiscal). Um ativo fiscal diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Os lucros tributáveis futuros são determinados com base na reversão de diferenças temporárias tributáveis relevantes. Se o montante das diferenças temporárias tributáveis for insuficiente para reconhecer integralmente um ativo fiscal diferido, serão considerados os lucros tributáveis futuros, ajustados para as reversões das diferenças temporárias existentes, com base nos planos de negócios da Empresa. O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativo são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas. O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 anual para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício. **2.8. Provisões - 2.8.1. Geral** - Provisões são reconhecidas quando a Empresa tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. Quando a Empresa espera que o valor de uma provisão seja reembolsado, no todo ou em parte, por exemplo, por força de um contrato de seguro, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso. **2.8.2. Provisão para demandas judiciais e administrativas** - A Empresa é parte de diversos processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência / obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. **2.9. Receitas de contrato com clientes** - A receita é mensurada com base na contraprestação especificada no contrato com o cliente. A Companhia reconhece a receita quando transfere o controle sobre o produto ou serviço ao cliente. As informações sobre a natureza e a época do cumprimento de obrigações de desempenho em contratos com clientes, estão descritas abaixo: **2.9.1. Receita de locação** - **a) Natureza da receita, incluindo condições de pagamento significativos** - Locação de veículos para gestão e terceirização de frotas. As faturas para locação são emitidas no mês subsequente à locação. **b) Reconhecimento da receita conforme o CPC 06 (R2) / IFRS 16** - A receita é reconhecida ao longo do tempo conforme a utilização dos veículos. O valor da receita a ser reconhecida é avaliado com base no tempo de utilização do ativo pelo cliente. **2.9.2. Receita de venda de ativos desmobilizados** **a) Natureza da receita, incluindo condições de pagamento significativos** - Após o término do contrato de locação com

continua



Esta publicação é certificada pelo Estadão, e foi publicada na página de Relação com o Investidor, o Estadão RI. Sua autenticidade pode ser conferida no QR Code ao lado ou pelo site: <https://estadãori.estadao.com.br/publicacoes/>

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020 (Em milhares de Reais, exceto quanto indicado de outra forma)

seus clientes, a Companhia desmobiliza e vende os veículos por meio de lojas e rede de concessionárias da Empresa Simpar. Os clientes obtêm controle dos veículos desmobilizados quando os produtos são entregues. As faturas são emitidas naquele momento e são liquidadas por meio de débito em conta, boleto e cartão de crédito. **b) Reconhecimento da receita conforme o CPC 47 / IFRS 15** - A receita de veículos desmobilizados é reconhecida quando os produtos são entregues e aceitos pelos clientes. **2.10. Benefícios a empregados - 2.10.1. Benefícios de curto prazo** - Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante do pagamento esperado caso a Empresa tenha uma obrigação presente legal ou construtiva de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável. **2.10.2. Transações com pagamentos baseados em ações** - O valor justo na data de outorga dos acordos de pagamentos baseados em ações da Simpar, concedidos aos empregados é reconhecido como despesas de pessoal, com um correspondente aumento no patrimônio líquido, durante o período em que os empregados adquirem incondicionalmente o direito aos prêmios. O valor reconhecido como despesa é ajustado para refletir o número de prêmios para o qual existe a expectativa de que as condições de serviço e de desempenho serão atendidas, de tal forma que o valor final reconhecido como despesa seja baseado no número de prêmios que efetivamente atendem às condições de serviço e de desempenho na data de aquisição (*vesting date*). **2.11. Capital social - 2.11.1. Distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio** - A distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio para os acionistas da Companhia é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras ao longo do exercício, com base no contrato social da Companhia. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que são aprovados pelos acionistas. O benefício fiscal dos juros sobre capital próprio é reconhecido na demonstração de resultado.

3. USO DE ESTIMATIVAS DE JULGAMENTOS

Na preparação das demonstrações financeiras, a Empresa utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Empresa e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente. **3.1. Incertezas sobre premissas e estimativas** - As informações sobre incertezas relacionadas a premissas e estimativas que possuem risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no exercício findo em 31 de dezembro de 2021 estão incluídas nas seguintes notas explicativas: a) Perdas esperadas (*"impairment"*) de contas a receber; mensuração de perda de crédito esperada para contas a receber e ativos contratuais; principais premissas na determinação da taxa média ponderada de perda - nota explicativa 8.1; b) Ativo imobilizado disponível para venda - definição do valor residual - nota explicativa 9; c) Imobilizado (definição do valor residual e da vida útil) - nota explicativa 11; e d) Provisão para demandas judiciais e administrativas reconhecimento e mensuração de provisões e contingências; principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos - nota explicativa 18.

4. NOVAS NORMAS E NORMAS AINDA NÃO VIGENTES

Alterações e normas vigentes a partir de 1º de janeiro de 2021 - a) Reforma da IBOR - Fase 2: alterações ao IFRS 9/CPC 48, IAS 39/CPC 38 e IFRS 7/CPC 40 - "Instrumentos Financeiros", ao IFRS 16/CPC 06(R2) - Arrendamentos, ao IFRS 4/CPC 11 "Contratos de Seguros". A Fase 2 da reforma da IBOR traz as seguintes exceções temporárias na aplicação das referidas normas, com relação a: **(i) Fluxos de caixa contratuais de ativos e passivos financeiros:** permitido mudanças na base de determinação dos fluxos de caixa contratuais sem ocasionar em desconhecimento do contrato e, conseqüentemente, sem efeito imediato de ganho ou perda no resultado do exercício, desde que diretamente relacionada com a reforma da taxa de juros de referência e substituição da taxa de juros, e que a nova base seja considerada economicamente equivalente à base anterior.

(ii) Relações de hedge: a designação formal da relação de proteção deve ser alterada apenas para designar a taxa de referência alternativa como um risco coberto, alterar a descrição do item protegido e/ou alterar a descrição do instrumento de cobertura. Tal alteração na designação formal da relação de proteção não constitui descontinuação da relação de proteção e nem nova relação de proteção, portanto sem efeitos imediatos no resultado do exercício. **b) Benefícios Relacionados a Covid-19 Concedidos para Arrendatários em Contratos de Arrendamento:** alterações ao IFRS 16/CPC 06(R2) "Arrendamentos": prorrogação da aplicação do expediente prático de reconhecimento das reduções obtidas pela Companhia nos pagamentos dos arrendamentos diretamente no resultado do exercício e não como uma modificação de contrato, até 30 de junho de 2022. A adoção destas alterações não causou nenhum impacto nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas no exercício de adoção (1º de janeiro de 2021).

Alterações e normas vigentes a partir de 1º de janeiro de 2022 - Uma série de novas normas serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2022. A Empresa não adotou essas normas na preparação destas demonstrações financeiras: **a) Alteração ao IAS 16 "Ativo Imobilizado":** em maio de 2020, o IASB emitiu uma alteração que proíbe uma entidade de deduzir do custo do imobilizado os valores recebidos da venda de itens produzidos enquanto o ativo estiver sendo preparado para seu uso pretendido. Tais receitas e custos relacionados devem ser reconhecidos no resultado do exercício. A data efetiva de aplicação dessa alteração é 1º de janeiro de 2022; **b) Alteração ao IAS 37 "Provisão, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes":** em maio de 2020, o IASB emitiu essa alteração para esclarecer que, para fins de avaliar se um contrato é oneroso, o custo de cumprimento do contrato inclui os custos incrementais de cumprimento desse contrato e uma alocação de outros custos que se relacionam diretamente ao cumprimento dele. A data efetiva de aplicação dessa alteração é 1º de janeiro de 2022; **c) Alteração ao IFRS 3 "Combinação de Negócios":** emitida em maio de 2020, com o objetivo de substituir as referências da versão antiga da estrutura conceitual para a mais recente. A alteração ao IFRS 3 tem vigência de aplicação a partir de 1º de janeiro de 2022; **d) Aprimoramentos anuais - ciclo 2018-2020:** em maio de 2020, o IASB emitiu as seguintes alterações como parte do processo de melhoria anual, aplicáveis a partir de 1º de janeiro de 2022: i) IFRS 9 - "Instrumentos Financeiros" - esclarece quais taxas devem ser incluídas no teste de 10% para a baixa de passivos financeiros; ii) IFRS 16 - "Arrendamentos" - alteração do exemplo 13 a fim de excluir o exemplo de pagamentos do arrendador relacionados a melhorias no imóvel arrendado; iii) IFRS 1 "Adoção Inicial das Normas Internacionais de Relatórios Financeiros" - simplifica a aplicação da referida norma por uma subsidiária que adote o IFRS pela primeira vez após a sua controladora, em relação à mensuração do montante acumulado de variações cambiais. **e) Alteração ao IAS 1 "Apresentação das Demonstrações Contábeis":** emitida em maio de 2020, com o objetivo esclarecer que os passivos são classificados como circulantes ou não circulantes, dependendo dos direitos que existem no final do período. A classificação não é afetada pelas expectativas da entidade ou eventos após a data do relatório (por exemplo, o recebimento de um waiver ou quebra de covenant). As alterações também esclarecem o que se refere "liquidação" de um passivo à luz do IAS 1. As alterações do IAS 1 tem vigência a partir de 1º de janeiro de 2023. **f) Alteração ao IAS 1 e IFRS Practice Statement 2 - Divulgação de políticas contábeis:** em fevereiro de 2021 o IASB emitiu nova alteração ao IAS 1 sobre divulgação de políticas contábeis "materiais" ao invés de políticas contábeis "significativas". As alterações definem o que é "informação de política contábil material" e explicam como identifica-las. Também esclarece que informações imateriais de política contábil não precisam ser divulgadas, mas caso o sejam, que não devem obscurecer as informações contábeis relevantes. Para apoiar esta alteração, o IASB também alterou a "IFRS Practice Statement 2 Making Materiality Judgements" para fornecer orientação sobre como aplicar o conceito de materialidade às divulgações de política contábil. A referida alteração tem vigência a partir de 1º de janeiro de 2023. **g) Alteração ao IAS 8 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro:** a alteração emitida em fevereiro de 2021 esclarece como as entidades devem distinguir as mudanças nas políticas contábeis de mudanças nas estimativas contábeis, uma vez que mudanças nas estimativas contábeis são aplicadas prospectivamente a transações futuras e outros eventos futuros, mas mudanças nas políticas contábeis são geralmente aplicadas retrospectivamente a transações anteriores e outros eventos anteriores, bem como ao exercício atual. A referida alteração tem vigência a partir de 1º de janeiro de 2023. **h) Alteração ao IAS 12 - Tributos sobre o Lucro:** a alteração emitida em maio de 2021 requer que as entidades reconheçam o imposto diferido sobre as transações que, no reconhecimento inicial, dão origem a montantes iguais de diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis. Isso normalmente se aplica a transações de arrendamentos (ativos de direito de uso e passivos de arrendamento) e obrigações de descomissionamento e restauração, como exemplo, e exigirá o reconhecimento de ativos e passivos fiscais diferidos adicionais. A referida alteração tem vigência a partir de 1º de janeiro de 2023. Não se espera que as alterações acima tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Empresa, e não há outras normas IFRS ou interpretações IFRIC que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre as demonstrações financeiras da Companhia - **4.1. Contratos onerosos - custos para cumprir um contrato (alterações ao CPC 25)** - As alterações especificam quais os custos que uma entidade inclui ao determinar o custo de cumprimento de um contrato com o objetivo de avaliar se o contrato é oneroso. As alterações aplicam-se a períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2022 para contratos existentes na data em que as alterações forem aplicadas pela primeira vez. Na data da aplicação inicial, o efeito cumulativo da aplicação das alterações é reconhecido como um ajuste do saldo de abertura em lucros acumulados ou outros componentes do patrimônio líquido, conforme apropriado. Os comparativos não são reapresentados. A Empresa avaliou os contratos existentes em 31 de dezembro de 2021 e a expectativa é de que sejam concluídos antes das alterações entrarem em vigor. **4.2. Outras normas** - Não se espera que as seguintes normas novas e alteradas tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Empresa: • Concessões de aluguel relacionadas à COVID-19 (alteração ao CPC 06 (R2)); • Imobilizado: Receitas antes do uso pretendido (alterações ao CPC 27); • Referência à Estrutura Conceitual (Alterações ao CPC 15); e • Classificação do Passivo em Circulante ou Não Circulante (Alterações ao CPC 26).

5. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GERENCIAMENTO DE RISCO

5.1. Instrumentos financeiros por categoria - Os instrumentos financeiros estão apresentados nas seguintes classificações contábeis:

	31/12/2021			31/12/2020		
	Ativos ao valor justo por meio do resultado	Custo amortizado	Total	Ativos ao valor justo por meio do resultado	Custo amortizado	Total
Ativos, conforme balanço patrimonial						
Caixa e equivalentes de caixa	-	9.711	9.711	6.162	62	6.224
Títulos, valores mobiliários e aplicações financeiras	362.212	-	362.212	329.418	-	329.418
Contas a receber	-	112.714	112.714	-	109.716	109.716
Outros créditos	-	48.312	48.312	-	36.860	36.860
Total	362.212	170.737	532.949	335.580	146.638	482.218

	31/12/2021			31/12/2020		
	Passivos ao valor justo por meio do resultado	Custo amortizado	Total	Passivos ao valor justo por meio do resultado	Custo amortizado	Total
Passivos, conforme balanço patrimonial						
Fornecedores	-	261.866	261.866	-	215.422	215.422
Risco sacado a pagar - montadoras	-	-	-	-	4.758	4.758
Empréstimos e financiamentos	-	-	-	-	10.841	10.841
Debêntures	36.951	-	36.951	-	-	-
Arrendamentos por direito de uso	-	19.373	19.373	-	16.144	16.144
Arrendamento a pagar - Instituições financeiras	-	45.121	45.121	-	139.517	139.517
Outras contas a pagar	-	37.723	37.723	-	22.856	22.856
Total	36.951	374.083	401.034	-	409.538	409.538

	31/12/2021				31/12/2020					
	Ativos ao valor justo por meio do resultado	Custo amortizado	Total	Passivos ao valor justo por meio do resultado	Custo amortizado	Total				
Ativos financeiros										
Caixa e equivalentes de caixa	-	9.711	9.711	6.224	62	6.224				
Títulos e valores mobiliários	362.212	-	362.212	329.418	-	329.418				
Contas a receber	-	112.714	112.714	-	109.716	109.716				
Outros créditos	-	48.312	48.312	-	36.860	36.860				
Total	362.212	170.737	532.949	335.580	146.638	482.218				

	31/12/2021				31/12/2020					
	Passivos ao valor justo por meio do resultado	Custo amortizado	Total	Passivos ao valor justo por meio do resultado	Custo amortizado	Total				
Passivos financeiros										
Fornecedores	-	261.866	261.866	-	215.422	215.422				
Risco sacado a pagar - montadoras	-	-	-	-	4.758	4.758				
Empréstimos e financiamentos	-	-	-	-	10.841	10.841				
Debêntures	36.951	-	36.951	-	-	-				
Arrendamentos por direito de uso	-	19.373	19.373	-	16.144	16.144				
Arrendamento a pagar - Instituições financeiras	-	45.121	45.121	-	139.517	139.517				
Outras contas a pagar	-	37.723	37.723	-	22.856	22.856				
Total	36.951	374.083	401.034	-	409.538	409.538				

5.2. Valor justo dos ativos e passivos financeiros - A comparação por classe do valor contábil e do valor justo dos instrumentos financeiros da Empresa, está demonstrada a seguir:

	31/12/2021				31/12/2020			
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Ativos financeiros								
Caixa e equivalentes de caixa	9.711	9.711	6.224	6.224				
Títulos e valores mobiliários	362.212	362.212	329.418	329.418				
Contas a receber	112.714	112.714	109.716	109.716				
Outros créditos	48.312	48.312	36.860	36.860				
Total	532.949	532.949	482.218	482.218				

	31/12/2021				31/12/2020			
	Passivos ao valor justo por meio do resultado	Custo amortizado	Total	Passivos ao valor justo por meio do resultado	Custo amortizado	Total		
Passivos financeiros								
Fornecedores	-	261.866	261.866	-	215.422	215.422		
Risco sacado a pagar - montadoras	-	-	-	-	4.758	4.758		
Empréstimos e financiamentos	-	-	-	-	10.841	10.841		
Debêntures	36.951	-	36.951	-	-	-		
Arrendamentos por direito de uso	-	19.373	19.373	-	16.144	16.144		
Arrendamento a pagar - Instituições financeiras	-	45.121	45.121	-	139.517	139.517		
Outras contas a pagar	-	37.723	37.723	-	22.856	22.856		
Total	36.951	374.083	401.034	-	409.538	409.538		

Os valores justos de instrumentos financeiros ativos e passivos são mensurados de acordo com as categorias abaixo: **Nível 1** - Preços observados (não ajustados) para instrumentos idênticos em mercados ativos; **Nível 2** - Preços observados em mercados ativos para instrumentos similares, preços observados para instrumentos idênticos ou similares em mercados não ativos e modelos de avaliação para os quais *inputs* são observáveis; e **Nível 3** - Instrumentos cujos *inputs* significativos não são observáveis. A Empresa não possui instrumentos financeiros nesta classificação. A tabela abaixo apresenta a classificação geral dos instrumentos financeiros ativos e passivos mensurados ao valor justo em conformidade com a hierarquia de valorização:

	31/12/2021			31/12/2020		
	Nível 1	Nível 2	Total	Nível 1	Nível 2	Total
Ativos ao valor justo por meio do resultado						
Títulos, valores mobiliários e aplicações financeiras						
LFT - Letras Financeiras do Tesouro	150.104	-	150.104	187.003	-	187.003
LTN - Letras do Tesouro Nacional	212.108	-	212.108	142.415	-	142.415
Subtotal	362.212	-	362.212	329.418	-	329.418
Passivos financeiros não mensurados ao valor justo						
- com diferença entre o valor contábil e o valor justo						
Empréstimos e financiamentos	-	-	-	-	10.841	10.841
Debêntures	-	37.023	37.023	-	-	-
Arrendamentos a pagar	-	45.129	45.129	-	139.562	139.562
Arrendamentos por direito de uso	-	19.373	19.373	-	-	-
Subtotal	-	101.525	101.525	-	150.403	150.403
Total	362.212	101.525	463.737	329.418	150.403	479.821

Os instrumentos financeiros cujos valores contábeis se equivalem aos valores justos são classificados no nível 2 de hierarquia de valor justo. As técnicas de avaliação utilizadas para mensurar todos instrumentos financeiros ativos e passivos ao valor justo incluem: (i) Preços de mercado cotados ou cotações de instituições financeiras ou corretoras para instrumentos similares; e (ii) A análise de fluxos de caixa descontados. A curva utilizada para o cálculo do valor justo dos contratos indexados a CDI em 31 de dezembro de 2021 está apresentada a seguir:

Curva de juros Brasil	1M	6M	1A	2A	3A	5A	10A
Vértice	6,25	8,04	8,99	9,83	10,25	10,66	11,10
Taxa (a.a.) - %							

Fonte: B3 (Brasil, Bolsa e Balcão) 31/12/2021.
5.3. Gerenciamento de riscos financeiros - A Empresa está exposta ao risco de crédito, risco de mercado e risco de liquidez sobre seus principais ativos e passivos financeiros. A Administração faz a gestão desses riscos com o suporte de um Comitê Financeiro e com a aprovação do Conselho de Administração da controladora indireta Simpar para que as atividades que resultem em riscos financeiros da Empresa sejam regidas por práticas e procedimentos apropriados. A Empresa não possui instrumentos financeiros derivativos contratados para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020. **a) Risco de crédito** - O risco de crédito é o risco de a contraparte de um negócio não cumprir uma obrigação financeira prevista em um instrumento financeiro ou contrato, o que levaria ao prejuízo financeiro. A Empresa está exposta ao risco de crédito, principalmente com relação a contas a receber, depósitos em instituições bancárias, aplicações financeiras e outros instrumentos financeiros mantidos com instituições financeiras. **i. Caixa e equivalentes de caixa e títulos, valores mobiliários e aplicações financeiras** - O risco de crédito de saldos com bancos e instituições financeiras é administrado pela tesouraria da Empresa de acordo com as diretrizes aprovadas pelo Comitê financeiro e pelo Conselho de Administração da controladora indireta Simpar. Os recursos excedentes são investidos apenas em contrapartes aprovadas e dentro do limite estabelecido a cada uma, a fim de minimizar a concentração de riscos e, assim, mitigar o prejuízo financeiro no caso de potencial falência de uma contraparte. O período máximo considerado na estimativa de perda de crédito esperada é o período contratual máximo durante o qual a Empresa está exposta ao risco de crédito. Para fins de avaliação de risco, são utilizadas uma escala local ("Br") e uma escala global ("G") de exposição ao risco de crédito extraídas de agências de ratings, conforme demonstrado abaixo:

	Rating em Escala Local "Br"		
Nomenclatura	Qualidade		
Br AAA	Prime		
Br AA+, Br Acabar AA-	Grau de Investimento Elevado		
Br A, Br A, Br A-	Grau de Investimento Médio Elevado		
Br BBB+, Br BBB, Br BBB-	Grau de Investimento Médio Baixo		
Br BB+, Br BB, Br BB-	Grau de Não Investimento Especulativo		
Br BB, Br Br B-	Grau de Não Investimento Altamente Especulativo		
Br CCC	Grau de Não Investimento Extremamente Especulativo		
Br DDD, Br DD, Br D	Grau de Não Investimento Especulativo de Moratória		

	Rating em Escala Local "Br"		
Valores depositados em conta corrente	31/12/2021	31/12/2020	
Depósitos em aplicações financeiras	266	62	
Br AAA	6.595	6.147	
Br AA	2.850	15	
Total de aplicações financeiras	9.445	6.162	
Total de caixa e equivalência de caixa	9.711	6.224	

	Rating em Escala Local "Br"		
Títulos, valores mobiliários e aplicações financeiras	31/12/2021	31/12/2020	
Br AAA	362.212	329.418	
Total de títulos, valores mobiliários e aplicações financeiras	362.212	329.418	

ii. Contas a receber - A Empresa utiliza uma "Matriz de Provisão" simplificada para calcular as perdas esperadas para seus recebíveis comerciais, baseado em sua experiência de perdas de crédito históricas. Essa Matriz de Provisão especifica taxas de provisão fixas dependendo do número de dias que as contas a receber estão a vencer ou vencidas e é ajustada para clientes específicos de acordo com as estimativas futuras e fatores qualitativos observados pela Administração. A baixa de ativos financeiros é efetuada quando não há expectativa razoável de recuperação, conforme estudo de recuperabilidade. Os recebíveis baixados continuam no processo de cobrança para recuperação do valor do recebível. Quando há recuperações, estas são reconhecidas como receitas de recuperação de crédito no resultado do exercício. A Empresa registrou uma provisão para perda que representa sua estimativa de perdas esperadas referentes ao contas a receber, conforme detalhado na nota explicativa 8.1. **b) Risco de mercado** - O risco de mercado é o risco de que o valor justo dos flux

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020 (Em milhares de Reais, exceto quanto indicado de outra forma)

O rendimento médio dos títulos públicos que estão alocados em fundos exclusivos é definido por taxas pré-fixada e pós-fixada (LTN pré-fixada e LFT SELIC). No exercício findo em 31 de dezembro de 2021 o rendimento médio foi de 9,06% a.a. (2,05% a.a. no exercício findo em 31 de dezembro de 2020).

8. CONTAS A RECEBER

	31/12/2021	31/12/2020
Valores a receber de serviços e locações, incluindo valores a receber com cartões de crédito	48.713	52.667
Serviços e locações a faturar (ativos de contrato)	36.670	28.315
Contas a receber - partes relacionadas (nota 19.1)	29.898	31.158
(-) Perdas esperadas ("impairment") de contas a receber	(2.567)	(2.424)
Total	112.714	109.716
Ativo circulante	112.712	109.716
Ativo não circulante	2	-
Total	112.714	109.716

8.1. Classificação por vencimento ("aging list") e perdas esperadas ("impairment") de contas a receber

	31/12/2021				31/12/2020			
	Contas a receber	PDD	%	Total	Contas a receber	PDD	%	Total
Total a vencer	98.513	(317)	(0,3%)	98.196	75.288	(299)	(0,4%)	74.989
Vencidos em até 30 dias	6.967	(65)	(0,9%)	6.902	9.400	(61)	(0,6%)	9.339
Vencidos de 31 a 90 dias	3.092	(104)	(3,4%)	2.988	16.683	(98)	(0,6%)	16.585
Vencidos de 91 a 180 dias	957	(114)	(11,9%)	843	5.539	(108)	(1,9%)	5.431
Vencidos de 181 a 365 dias	1.893	(269)	(14,2%)	1.624	1.128	(254)	(22,5%)	874
Vencidos a mais de 365 dias (i)	3.859	(1.698)	(44,0%)	2.161	4.102	(1.604)	(39,1%)	2.498
Total vencidos	16.768	(2.250)	(13,4%)	14.518	36.852	(2.125)	(5,8%)	34.727
Total	115.281	(2.567)	(2,2%)	112.714	112.140	(2.424)	(6,2%)	109.716

As movimentações das perdas esperadas ("impairment") de contas a receber estão demonstradas a seguir:

Saldos em 31 de dezembro de 2019	(1.876)
(-) adições	(576)
(+) reversões	28
Saldos em 31 de dezembro de 2020	(2.424)
(-) adições	(790)
(+) reversões	647
Saldos em 31 de dezembro de 2021	(2.567)

9. ATIVO IMOBILIZADO DISPONIBILIZADO PARA VENDA

As movimentações nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 estão demonstradas a seguir:

	Custo	Depreciação acumulada	Total
Custo:			
Saldos em 31 de dezembro de 2019	42.719	6.766	49.485
Bens transferidos do imobilizado	183.884	(92.132)	91.752
Bens baixados por venda	(141.489)	58.460	(83.029)
Saldos em 31 de dezembro de 2020	85.114	(26.906)	58.208
Bens transferidos do imobilizado	170.949	(41.627)	129.322
Bens baixados por venda	(162.375)	44.116	(118.259)
Saldos em 31 de dezembro de 2021	93.688	(24.417)	69.271

10. OUTROS CRÉDITOS

	31/12/2021	31/12/2020
Aporte de capital (i)	-	29.708
Adiantamento á fornecedores	-	673
Partes relacionadas (nota 19.1)	39.576	7.058
Cauções imobiliárias	13	-
Despesas antecipadas	6.388	-
Adiantamento de terceiros	1.171	-
Outros	1.164	3.698
Total	48.312	41.137
Ativo circulante	42.400	21.031
Ativo não circulante	5.912	20.106
Total	48.312	41.137

(i) O saldo de R\$ 29.708 refere-se aos valores a receber que a Empresa possui decorrente da alienação do investimento da Quataí Transporte de Passageiros SPE Ltda. ("Quataí") no montante de R\$ 13.754, corrigido por 100% do CDI, com vencimento até 2022, repassado pela JSL que era a controladora na época e; ao montante a receber decorrente da alienação do investimento da Joseense Transporte de Passageiros Ltda. ("Joseense Transporte") de R\$ 15.954, corrigido por 100% do IPCA/IBGE, com vencimento até 2024, repassando pela JSL que era a controladora na época. Ambos os recebíveis foram transferidos da JSL para a Empresa por meio de aporte de capital.

13. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

As movimentações nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 estão demonstradas a seguir:

Modalidade	Taxa média a.a.	Vencimento	Circulante	Não circulante	31/12/2021			31/12/2020			
					Total	Amortização	Juros pagos	Movimentação Juros apropriados	Circulante	Não circulante	Total
Em moeda nacional											
CDCs (i)	7,26%	26/10/2022	-	-	-	(10.987)	(168)	314	5.847	4.994	10.841
			-	-	-	(10.987)	(168)	314	5.847	4.994	10.841

(i) **Capital de Giro (CDCs)** - é uma modalidade de financiamento com a finalidade de subsidiar o capital de giro, para aquisição de produtos, veículos, máquinas e equipamentos em geral inclusive serviços. São operações utilizadas para gestão do caixa da Empresa e não possuem cláusulas de compromisso; e

14. DEBÊNTURES

As movimentações no exercício findo em 31 de dezembro de 2021 estão demonstradas a seguir:

	1ª emissão
Saldo em 31 de dezembro de 2020	-
Juros apropriados	597
Ajuste a valor presente	36.354
Saldo em 31 de dezembro de 2021	36.951

A característica da debênture está apresentada na tabela a seguir:

Entidade emissora	CS Frotas
Descrição	1ª Emissão (i)
a. Identificação do processo por natureza	
Valor da 1ª Série	350.000
Valor da 2ª Série	-
Valor da 3ª Série	-
Valor da emissão	350.000
Valor Total Recebido em C/C	
Emissão	27/12/2021
Captação	27/12/2021
Vencimento	20/01/2023
Espécie	Quirografárias
Identificação ativo na CETIP	
b. Custos da transação	
c. Prêmios obtidos	
Adicional pela liquidação	-
Valor da liquidação	-
d. Taxa de juros efetiva (tir) a.a. %	
1ª Série	CDI + 2,00%
2ª Série	-
3ª Série	-
e. Montante dos custos e prêmios a serem apropriados até o vencimento	-

(i) A Empresa realizou o Instrumento particular de escritura de debênture simples, conversíveis em ações, da espécie quirografária para colocação privada da 1ª emissão de debêntures simples, em série única. O valor foi de R\$ 350.000 com taxa de CDI + 2,00% e vencimento final em 20 de janeiro de 2023 adquirido em sua totalidade pela Movida Participações S.A. Trata-se de um instrumento financeiro composto contabilizado no patrimônio líquido, o qual inclui componentes de passivo financeiro (juros da dívida contabilizados pelo valor justo na data de emissão no montante de R\$ 36.354 no patrimônio líquido e contrapartida na rubrica de debêntures) e de patrimônio líquido que compreendem títulos que serão obrigatoriamente convertidos em capital social à opção do titular, e para o caso de Conversão Obrigatória, mediante o recebimento da Notificação de Conversão, a totalidade das Debêntures deverá ser convertida em 350.000.000 (trezentos e cinquenta milhões) de ações ordinárias de emissão da Emissora, que representam, na presente data, 25,40% (vinte e cinco inteiros e quarenta centésimos por cento) do capital social da Empresa, quantidade essa definida com base no valor patrimonial da Empresa.

15. ARRENDAMENTOS A PAGAR

Contratos de arrendamentos na modalidade de *Leasing* e arrendamento a pagar para a aquisição de veículos e bens da atividade operacional da Empresa que possuem encargos anuais pós-fixados e estão distribuídos da seguinte forma:

	31/12/2021	31/12/2020
Passivo de arrendamentos no início do exercício	139.517	164.823
Novos contratos	-	24.488
Amortização	(97.590)	(52.937)
Juros pagos	(1.960)	(3.909)
Juros apropriados	5.154	7.052
Passivo de arrendamentos no final do exercício	45.121	139.517
Circulante	37.731	70.302
Não circulante	7.390	69.215
Total	45.121	139.517
Taxa média a.a.	8,31%	4,22%
Estrutura taxa média	CDI + 5,71 %	CDI + 2,19%
Vencimento	jun/23	jun/23

11. IMOBILIZADO

As movimentações nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020, estão demonstradas a seguir:

	Veículos	Máquinas e equipamentos	Benfeitorias em propriedade de terceiros	Computadores e periféricos	Móveis e utensílios	Direito de uso	Outros	Consolidado
								Total
Custo:								
Saldos em 31 de dezembro de 2019	534.008	2.305	716	101	361	27.524	151	565.166
Adições	435.458	4.224	-	84	57	479	-	440.302
Transferência para bens destinados a venda	(183.884)	-	-	-	-	-	-	(183.884)
Baixa de ativos e outros	(292)	(169)	-	-	-	-	-	(461)
Saldos em 31 de dezembro de 2020	785.290	6.360	716	185	418	28.003	151	821.123
Adições	1.199.190	180	-	335	444	22.006	-	1.222.155
Transferência para bens destinados a venda	(170.949)	-	-	-	-	-	-	(170.949)
Baixa de ativos e outros (i)	(14.710)	-	-	-	-	-	-	(14.710)
Saldos em 31 de dezembro de 2021	1.798.821	6.540	716	520	862	50.009	151	1.857.619
Depreciação acumulada:								
Saldos em 31 de dezembro de 2019	(49.138)	(270)	(76)	(58)	(72)	(52)	(4)	(49.670)
Despesa de depreciação no exercício	(82.799)	(292)	(38)	(29)	(45)	(12.486)	-	(95.689)
Transferência para bens destinados a venda	92.132	-	-	-	-	-	-	92.132
Baixa de ativos e outros	61	-	-	-	-	-	-	61
Saldos em 31 de dezembro de 2020	(39.744)	(562)	(114)	(87)	(117)	(12.538)	(4)	(53.166)
Despesa de depreciação no exercício	(65.621)	(407)	(38)	(49)	(56)	(19.224)	(3)	(85.398)
Transferência para bens destinados a venda	41.627	-	-	-	-	-	-	41.627
Baixa de ativos e outros	862	-	-	-	-	-	-	862
Saldos em 31 de dezembro de 2021	(62.876)	(969)	(152)	(136)	(173)	(31.762)	(7)	(96.075)
Saldo líquido:								
Saldos em 31 de dezembro de 2020	745.546	5.798	602	98	301	15.465	147	767.957
Saldos em 31 de dezembro de 2021	1.735.945	5.571	564	384	689	18.247	144	1.761.544
Taxa média de depreciação no período de 31/12/2020:								
Veículos leves	13,6%	-	-	-	-	-	-	-
Pesados	7%	11,1%	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	4%	20%	10%	45%	10%	-
Taxa média de depreciação no período de 31/12/2021:								
Veículos leves	5%	-	-	-	-	-	-	-
Pesados	7%	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	10%	4%	20%	10%	18%	10%	-

(i) Refere-se a regularização do DIFAL.

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021, não foram observados indicativos, os quais a Empresa fosse requerido a realizar uma estimativa formal do valor presente recuperável. **11.1. Arrendamento de itens do ativo imobilizado** - Parte dos ativos foram adquiridos pela Empresa por meio de arrendamentos a pagar substancialmente representados por veículos. Esses saldos integram o ativo imobilizado de acordo com o demonstrado a seguir:

	31/12/2021	31/12/2020
Custo - arrendamento mercantil capitalizado	79.649	207.380
Depreciação acumulada	(17.137)	(39.665)
Saldo contábil, líquido	62.512	167.715
12. FORNECEDORES		
A composição dos saldos de fornecedores estão demonstrados a seguir:		
	31/12/2021	31/12/2020
Veículos, máquinas e equipamentos	250.988	152.228
Peças e manutenção	6.261	-
Partes relacionadas (nota 19.1)	2.283	54.201
Material de estoque	840	8.189
Serviços contratados	1.286	492
Outros	208	312
Total	261.866	215.422

(i) Refere-se a regularização do DIFAL.

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021, não foram observados indicativos, os quais a Empresa fosse requerido a realizar uma estimativa formal do valor presente recuperável. **11.1. Arrendamento de itens do ativo imobilizado** - Parte dos ativos foram adquiridos pela Empresa por meio de arrendamentos a pagar substancialmente representados por veículos. Esses saldos integram o ativo imobilizado de acordo com o demonstrado a seguir:

	31/12/2021	31/12/2020
Custo - arrendamento mercantil capitalizado	79.649	207.380
Depreciação acumulada	(17.137)	(39.665)
Saldo contábil, líquido	62.512	167.715

12. FORNECEDORES

A composição dos saldos de fornecedores estão demonstrados a seguir:

	31/12/2021	31/12/2020
Veículos, máquinas e equipamentos	250.988	152.228
Peças e manutenção	6.261	-
Partes relacionadas (nota 19.1)	2.283	54.201
Material de estoque	840	8.189
Serviços contratados	1.286	492
Outros	208	312
Total	261.866	215.422

(i) Refere-se a regularização do DIFAL.

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021, não foram observados indicativos, os quais a Empresa fosse requerido a realizar uma estimativa formal do valor presente recuperável. **11.1. Arrendamento de itens do ativo imobilizado** - Parte dos ativos foram adquiridos pela Empresa por meio de arrendamentos a pagar substancialmente representados por veículos. Esses saldos integram o ativo imobilizado de acordo com o demonstrado a seguir:

	31/12/2021	31/12/2020
Custo - arrendamento mercantil capitalizado	79.649	207.380
Depreciação acumulada	(17.137)	(39.665)
Saldo contábil, líquido	62.512	167.715

12. FORNECEDORES

A composição dos saldos de fornecedores estão demonstrados a seguir:

	31/12/2021	31/12/2020
Veículos, máquinas e		

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020 (Em milhares de Reais, exceto quanto indicado de outra forma)

18.1. Depósitos judiciais - Os depósitos e bloqueios judiciais referem-se a conta corrente judicial ou bloqueios de saldos bancários determinados em juízo para garantia de eventuais execuções exigidas, ou valores depositados em conexão com ações judiciais em substituição de pagamentos de tributos ou contas a pagar que estão sendo discutidas judicialmente. Perdas possíveis não provisionadas no balanço.

18.2. Provisão para demandas judiciais e administrativas - A Empresa não possui contingências passivas com desfechos classificados como perdas prováveis em 31 de dezembro de 2021 e 2020 - A Empresa possui em 31 de dezembro de 2021, processos em andamento de natureza cíveis e tributárias nas esferas judicial e administrativa que são considerados pela Administração e seus assessores jurídicos com a probabilidade de perda possível, conforme tabela a seguir:

	31/12/2021	31/12/2020
Trabalhistas	35	-
Cíveis	143	113
Tributárias	55	55
Total	233	168

Cíveis - As demandas cíveis estão relacionadas a pedidos indenizatórios por perdas e danos por motivos diversos contra a Empresa, da mesma natureza, assim como ações anulatórias e reclamações por descumprimentos contratuais. **Tributárias** - As demandas tributárias estão relacionadas a questionamento de compensação de PIS / COFINS que compõe saldo negativo apresentado em PER / DCOMP. **Trabalhistas** - As demandas trabalhistas são relacionadas a ações judiciais reclamando indenizações por reflexos trabalhistas da mesma natureza das mencionadas na nota explicativa 22.2, movidas por ex-colaboradores da Empresa.

19. PARTES RELACIONADAS

19.1. Saldos com partes relacionadas (reconhecidos no ativo e no passivo) - As naturezas dos saldos em contas de balanço patrimonial com partes relacionadas são as seguintes: (i) Contas a receber: saldos oriundos de transações comerciais de compra e venda e locação de ativos, conforme termos e condições definidos na nota explicativa 19.2 (i) e (ii); (ii) Outros créditos: saldos oriundos de reembolsos de despesas diversas; (iii) Adiantamento de terceiros (iv) Outras contas a pagar: saldos a pagar para reembolso de despesas da Empresa custeadas por outras partes relacionadas; (v) Fornecedores: saldos oriundos de transações comerciais de compra e venda de ativos, locação de ativos e prestação de serviços; e (vi) Juros sobre capital próprio ("JSCP") a pagar: O saldo é referente ao JSCP do exercício findo em 31 de dezembro de 2018 devido pela CS Brasil Frotas para a JSL que era a controladora no respectivo exercício. Esse JSCP foi cindido pela JSL e absorvido pela Simpar.

	Contas a receber		e outros créditos		Dividendos a receber	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Ativo						
Transações com controladora						
CS Brasil Participações e Locações S.A.	28.460	27.277	39.543	7.058	43.981	-
SIMPAR S.A.	-	-	-	-	-	-
Total	28.460	27.277	39.543	7.058	43.981	-
Partes relacionadas						
Avante Veículos Ltda.	-	34	-	-	-	-
BBC Leasing S.A. - Arrendamento Mercantil	113	-	1	-	-	-
CS Brasil Transportes	1.190	3.065	-	-	-	-

19.2. Transações entre partes relacionadas com efeito no resultado - As transações entre partes relacionadas se referem a: (i) Locações de veículos e outros ativos, efetuadas entre as empresas, por valores equivalentes de mercado, cujas precificações variam de acordo com as características dos veículos, data da contratação, e planilha de custos inerentes aos ativos, como depreciação e juros de financiamento; (ii) Receita e custos na venda de ativos, principalmente relacionados a veículos que costumavam ser locados por essas partes relacionadas, e por estratégia de negócios foram transferidos pelos valores residuais contábeis, que se aproximavam do valor de mercado; e (iii) Eventualmente são realizadas transações de cessão de direitos de contas a receber com empresas relacionadas. Os custos financeiros ou receitas financeiras oriundas dessas transações são calculadas por taxas definidas em contrato. (iv) A Companhia compartilha certos serviços administrativos com as empresas da Empresa Simpar. Essas despesas são rateadas e repassadas pelo seu valor efetivamente incorrido para reembolso a ser recebido, ficando apresentadas nas contas contábeis de despesas administrativas e comerciais; e

Resultado	Locações e serviços prestados		Locações e serviços tomados		Receita na venda ativos		Custo na venda de ativos		Despesas administrativas		Despesa financeira	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Transações com controladora												
CS Brasil Participações e Locações S.A.	-	-	(23.983)	(13.766)	-	-	-	-	-	-	-	(1.498)
SIMPAR S.A.	-	-	-	-	-	-	-	-	(5.258)	-	-	-
Total	-	-	(24.629)	(13.766)	-	-	-	-	(5.258)	-	-	(1.498)
Transações com partes relacionadas												
CS Brasil Transportes	4.167	674	(1.339)	(7.815)	2.259	2.688	(2.259)	(2.688)	(11.701)	-	-	-
Avante Veículos	-	-	-	-	34	1.062	(34)	(1.062)	-	-	-	-
JSL	-	-	(25)	-	-	187	-	(187)	-	-	-	-
Original Distribuidora de Peças e Acessórios Ltda	-	-	-	(208)	-	-	-	-	-	-	-	-
Original Veículos Ltda.	-	-	(20)	(6)	10.794	9.535	(10.794)	(9.535)	(2)	-	-	-
Ponto Veículos Ltda.	118	-	(27)	(30)	3.135	2.698	(3.135)	(2.698)	-	-	-	-
Vamos Locações de Caminhões, Máquinas e Equipamentos S.A.	-	-	-	-	9.523	-	(9.523)	-	-	-	-	-
BORGATO SEMINOVOS	-	-	(1)	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Mogi Mob Transporte de Passageiros Ltda.	-	-	-	-	-	27	-	(27)	-	-	-	-
Movida Locação de Veículos S.A.	70	-	(103)	(19)	-	-	-	-	-	-	-	-
Transrio Caminhões e Ônibus, Máquinas e Equipamentos Ltda.	-	-	(2)	-	-	-	-	-	-	-	-	-
TPG - Transporte de Passageiros Ltda.	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
JSL Arrendamento	-	-	-	-	367	-	(367)	-	-	-	-	-
Quick Logística	-	-	(84)	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros (ii)	-	-	(36)	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Total	4.355	674	(1.637)	(8.078)	26.112	16.197	(26.112)	(16.197)	(11.703)	-	-	(1.498)

20. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

20.1. Imposto de renda e contribuição social diferidos - Os créditos e débitos de imposto de renda pessoa jurídica - IRPJ e contribuição social sobre o lucro líquido - CSLL diferidos foram apurados com base nas diferenças temporárias dedutíveis ou tributáveis no futuro. As origens estão apresentadas a seguir:

	31/12/2021	31/12/2020
Créditos fiscais		
Perdas esperadas ("impairment") de contas a receber	147	823
Provisão para ajuste a valor de mercado e obsolescência	25	-
Provisão sobre encargos trabalhistas e tributários	20	-
Impacto do Arrendamentos por direito de uso	-	230
Depreciação de arrendamento por direito de uso	383	-
Outras provisões	2.332	453
Total do imposto diferido ativo	2.907	1.506
Imposto diferido passivo		
Receita diferida de órgãos públicos	(5.460)	(7.296)
Depreciação econômica vs. fiscal	(56.064)	(5.428)
Imobilização leasing financeiro	(33.407)	(26.969)
Total do imposto diferido passivo	(94.931)	(39.693)
Total débitos fiscais, líquidos	(92.024)	(38.187)
Tributos diferidos ativos	-	-
Tributos diferidos passivos	(92.024)	(38.187)
Total débitos fiscais, líquidos	(92.024)	(38.187)

As movimentações do imposto de renda e contribuição social diferidos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 estão demonstradas a seguir:

	31/12/2021	31/12/2020
Saldo em 31 de dezembro de 2019	(22.362)	(22.362)
IRPJ/CSLL diferidos reconhecidos no resultado	(15.825)	(15.825)
Saldos em 31 de dezembro de 2020	(38.187)	(38.187)
IR/CS diferidos reconhecidos no resultado	(53.837)	(53.837)
Saldos em 31 de dezembro de 2021	(92.024)	(92.024)

20.2. Conciliação da despesa do imposto de renda e da contribuição social - Os valores correntes são calculados com base nas alíquotas atualmente vigentes sobre o lucro contábil antes do IRPJ e CSLL, acrescido ou diminuído das respectivas adições e exclusões e compensações permitidas pela legislação vigente.

	31/12/2021	31/12/2020
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	232.503	120.846
Alíquotas nominais	34%	34%
IRPJ e CSLL calculados às alíquotas nominais (Adições) exclusões permanentes	(79.051)	(41.088)
Juros remuneração de capital - TJLP - Pagamento	14.574	-
Despesas indedutíveis	(19)	-
Incentivos fiscais - PAT	-	703
Juros sobre capital próprio	-	8.262
Despesas indedutíveis e outras (adições) exclusões permanentes	-	(112)
Outras exclusões/ Outras adições	422	-
IRPJ e CSLL apurados	(64.074)	(32.235)
Imposto de renda e contribuição social		
Corrente	(10.237)	(16.410)
Diferido	(53.837)	(15.825)
IRPJ e CSLL no resultado	(64.074)	(32.235)

Alíquotas efetivas

As declarações de imposto de renda da Empresa estão sujeitas à revisão das autoridades fiscais por um período de cinco anos a partir do fim do exercício em que é entregue. Em virtude destas inspeções, podem surgir impostos adicionais e penalidades sujeitos a juros. Entretanto, a Administração é de opinião de que todos os impostos têm sido pagos ou provisionados de forma adequada. **20.3. Imposto de renda e da contribuição social a recuperar e a recolher** - As movimentações do imposto de renda e contribuição social correntes nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 estão demonstradas a seguir:

	31/12/2021	31/12/2020
Total líquido	7.510	7.510
Provisão de imposto de renda e contribuição social do exercício a pagar	(16.410)	(16.410)
Antecipações, compensações e recolhimentos no exercício	11.380	11.380
Saldos em 31 de dezembro de 2020	2.480	2.480
Reversão/Provisão IRPJ/CSLL	(2.224)	(2.224)
Pagamento de IRPJ/CSLL	157	157
Antecipação de IRPJ/CSLL	4.387	4.387
Saldos em 31 de dezembro de 2021	4.800	4.800

21. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

21.1. Capital social - O capital social da Empresa, totalmente subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2021, é de R\$ 1.378.222.201 (R\$ 776.772 em 31 de dezembro de 2020), dividido em 1.378.222.201 quotas sem valor nominal pertencentes 61,40% à CS Participações e 38,60% à Movida Locação. (Em 31 de dezembro de 2020 eram 776.772.201 quotas pertencentes 100% à CS Brasil Participações).

	Valor	Quotas
Saldos em 31 de dezembro de 2019	476.722	476.722.201
Aumento de capital (i)	300.000	300.000.000
Saldos em 31 de dezembro de 2020	776.722	776.722.201
Aumento de capital (ii)	601.500	601.500.000
Saldos em 31 de dezembro de 2021	1.378.222	1.378.222.201

Ativo	Contas a receber		Adiantamento de terceiros e outros créditos		Dividendos a receber	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
JSL S.A.	-	328	-	-	-	-
Mogi Mob Transporte de Passageiros Ltda.	-	27	-	-	-	-
Movida Locação de Veículos S.A.	53	-	22	-	-	-
Original Distribuidora de Peças e Acessórios Ltda.	1	1	-	-	-	-
Original Veículos Ltda.	(145)	293	-	-	-	-
Ponto Veículos Ltda.	1	133	-	-	-	-
Vamos Locação de Caminhões, Máquinas e Equipamentos S.A.	225	-	-	-	-	-
Total	1.438	3.881	33	7.058	43.981	43.981

Passivo	Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar		Fornecedores		Outras contas a pagar	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Transações com controladora						
CS Brasil Participações e Locações S.A.	2.189	-	189	2.431	1.951	-
SIMPAR S.A.	-	2.348	-	-	-	2.298
Total	2.189	2.348	189	2.431	1.951	2.298

Partes relacionadas	Contas a receber		e outros créditos		Dividendos a receber	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Avante Veículos Ltda.	-	-	-	34	-	-
BBC Leasing S.A. - Arrendamento Mercantil	-	-	114	-	-	-
CS Brasil Transportes	-	-	2.069	3.398	21.313	18.892
CS Holding	-	-	-	-	32	-
JSL S.A.	-	-	-	1.719	-	2
Movida Locação de Veículos S.A.	1.376	-	103	30	7	-
Original Distribuidora de Peças e Acessórios Ltda.	-	-	-	-	1	1
Original Veículos Ltda.	-	-	(145)	260	-	-
Ponto Veículos Ltda.	-	-	-	143	-	-
Quick Logística Ltda.	-	-	-	174	22	13
Vamos Locação de Caminhões, Máquinas e Equipamentos S.A.	-	-	97	-	129	733
Vamos Seminovos S.A.	-	-	-	-	42	-
Total	1.376	2.348	2.238	5.758	21.548	19.641

Total

Resultado	Locações e serviços prestados		Locações e serviços tomados		Receita na venda ativos		Custo na venda de ativos		Despesas administrativas		Despesa financeira	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Transações com controladora												
CS Brasil Participações e Locações S.A.	-	-	(23.983)	(13.766)	-	-	-	-	-	-	-	(1.498)
SIMPAR S.A.	-	-	-	-	-	-	-	-	(5.258)	-	-	-
Total	-	-	(24.629)	(13.766)	-	-	-	-	(5.258)	-	-	(1.498)
Transações com partes relacionadas												
CS Brasil Transportes	4.167	674	(1.339)	(7.815)	2.259	2.688	(2.259)	(2.688)	(11.701)	-	-	-
Avante Veículos	-	-	-	-	34	1.062	(34)	(1.062)	-	-	-	-
JSL	-	-	(25)	-	-	187	-	(187)	-	-	-	-
Original Distribuidora de Peças e Acessórios Ltda	-	-	-	(208)	-	-	-	-	-	-	-	-
Original Veículos Ltda.	-	-	(20)	(6)	10.794	9.535	(10.794)	(9.535)	(2)	-	-	-
Ponto Veículos Ltda.	118	-	(27)	(30)	3.135	2.698	(3.135)	(2.698)	-	-	-	-
Vamos Locações de Caminhões, Máquinas e Equipamentos S.A.	-	-	-	-	9.523	-	(9.523)	-				

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020 (Em milhares de Reais, exceto quanto indicado de outra forma)

23. GASTOS POR NATUREZA

As informações de resultado da Empresa são apresentadas por função. A seguir está demonstrado o detalhamento dos gastos por natureza:

	31/12/2021	31/12/2020
Custo / despesas com frota	(32.685)	(17.863)
Custo de venda de ativos desmobilizados	(118.259)	(83.029)
Pessoal e encargos	(21.562)	(16.031)
Depreciação e amortização	(85.418)	(95.690)
Peças, pneus e manutenções	(39.006)	(24.213)
Combustíveis e lubrificantes	(6.837)	(3.262)
Comunicação, propaganda e publicidade	(119)	-
Prestação de serviços	(14.707)	(7.063)
Reversão (Provisão) de perdas esperadas ("impairment") de contas a receber	(144)	(548)
Aluguel de imóveis	(1.145)	-
Energia elétrica	(135)	(95)
Aluguéis de veículos, máquinas e equipamentos (iii)	(25.630)	(9.548)
Monitoramento e escolha de cargas	-	(3.782)
Recuperação de PIS e COFINS (i)	35.249	21.183
Crédito de impostos extemporâneos (ii)	(254)	307
Outros custos	(8.245)	(9.132)
	(318.897)	(248.766)
Custo das vendas, locações e prestações de serviços	(180.152)	(156.173)
Custo de venda de ativos desmobilizados	(118.259)	(83.029)
Despesas comerciais	(3.006)	(404)
Despesas administrativas	(17.482)	(10.434)
Reversão (provisão) de perdas esperadas ("impairment") de contas a receber	(144)	(548)
Outras receitas/despesas operacionais líquidas	146	1.822
	(318.897)	(248.766)

(i) O Créditos de PIS e COFINS sobre aquisição de insumos e encargos de depreciação registrados como redutores dos custos dos produtos e serviços vendidos, para melhor refletir as naturezas dos respectivos créditos e despesas; (ii) Incluí saldos de alugueis de veículos leves, máquinas e equipamentos utilizados nas operações. Não foram classificadas como arrendamentos operacionais por possuírem contratos cujo prazo de arrendamento se encerrou dentro do exercício; e (iii) Incluí despesas com IPVA, manutenções, pedágios de frotas utilizadas nas operações.

24. RESULTADO FINANCEIRO

	31/12/2021	31/12/2020
Receitas financeiras		
Aplicações financeiras	5.341	5.309
Receita de variação monetária	30	216
Descontos obtidos	-	171
Outras receitas financeiras	256	164
Receita financeira total	5.627	5.860
Despesas financeiras		
Despesas do serviço da dívida		
Juros sobre empréstimos, financiamentos e debêntures	(911)	(5.983)
Juros e encargos bancários sobre arrendamento mercantil	(5.374)	(7.052)
Juros de risco sacado - montadoras	(39)	(1.701)
Despesa total do serviço da dívida	(6.324)	(14.736)
Juros sobre Arrendamento por direito de uso	(1.813)	(1.528)
Juros passivos	(73)	(1.715)
Descontos concedidos, despesas e taxas bancárias	(66)	(40)
Variação cambial	-	(3)
Despesas com aplicações financeiras	(262)	-
Outras despesas financeiras	(1)	(261)
Despesa financeira total	(8.539)	(18.283)
Resultado financeiro líquido	(2.912)	(12.423)

Declaração da Diretoria sobre as Demonstrações Financeiras Individuais da CS Brasil Frotas S.A.

Em conformidade com o inciso VI do artigo 25 da Instrução CVM 480, de 7 de dezembro de 2009, a Diretoria declara que revisou, discutiu e concordou com as Demonstrações Financeiras Individuais da CS Brasil Frotas S.A. referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, autorizando a conclusão nesta data.

Mogi das Cruzes, 11 de abril de 2022.

João Bosco Ribeiro de Oliveira Filho - Diretor Presidente
Anselmo Tolentino Soares Junior - Diretor Financeiro

25. ARRENDAMENTO OPERACIONAL

25.1. Empresa como arrendadora - A Empresa possui contratos de prestação de serviços de locação que são classificados como arrendamento operacional, com prazos de vencimento até 2025. Esses contratos normalmente duram de 1 (um) a 5 (cinco) anos, com opção de renovação após este período. Os recebimentos de arrendamento são reajustados por índices de inflação, para refletir os valores de mercado. Em 31 de dezembro de 2021, os recebimentos futuros de arrendamentos são como segue:

	Até 1 ano	De 1 a 2 anos	Total
	16.536	3.626	20.162

26. INFORMAÇÕES SUPLEMENTARES DOS FLUXOS DE CAIXA

As demonstrações dos fluxos de caixa pelo método indireto, são preparadas e apresentadas de acordo com o pronunciamento contábil CPC 03 (R2) - Demonstrações dos Fluxos de Caixa. **26.1. Aquisição de ativo imobilizado** - A Empresa faz aquisições de veículos para renovação e expansão de sua frota e, parte destas aquisições não afetam os fluxos de caixa por serem financiadas. Abaixo está demonstrada a reconciliação dessas aquisições e os fluxos de caixa:

	31/12/2021	31/12/2020
Total das adições de imobilizado no período	1.445.268	440.302
Aquisições de imobilizado por arrendamentos a pagar e risco sacado a pagar - montadoras	-	(57.040)
Adição de Arrendamentos por direito de uso (nota 11)	(22.006)	(479)
Saldo das adições do período liquidadas com fluxos de caixa	1.423.262	382.783
Variação no saldo de fornecedores, montadoras de veículos a pagar e reverse factoring	(98.760)	(94.086)
Total dos fluxos de caixa na compra de ativo imobilizado	1.324.502	288.697
Demonstrações dos fluxos de caixa:		
Imobilizado operacional para locação	1.202.777	288.556
Imobilizado	121.725	141
Total	1.324.502	288.697

26.2. Classificação de juros sobre capital próprio e lucros como atividades de financiamento - A Empresa classifica os lucros e juros sobre o capital próprio pagos como fluxo de caixa das atividades de financiamento, com o objetivo de evitar distorções nos seus fluxos de caixa operacionais em função do caixa proveniente destas operações. Os juros sobre capital próprio e lucros pagos são classificados como fluxo de caixa nas atividades de financiamento, pois considera-se que se referem aos custos de obtenção de recursos financeiros.

27. EVENTOS SUBSEQUENTES

Situação na Ucrânia e Rússia - A Empresa tem acompanhado os desdobramentos do conflito entre a Ucrânia e a Rússia e entende que, considerando que não possui quaisquer tipos de relacionamentos diretos com clientes ou fornecedores desses países, os principais impactos econômicos estão relacionados com a alta de preços de commodities, em especial aquelas relacionadas a gás natural e petróleo, em função das altas nos preços de combustíveis no Brasil. A administração não identificou impactos nas presentes demonstrações financeiras e não espera efeitos relevantes no desempenho de suas atividades e em sua posição patrimonial decorrentes do cenário descrito.

DIRETORIA EXECUTIVA

João Bosco Ribeiro de Oliveira Filho
Diretor Presidente

Anselmo Tolentino Soares Junior
Diretor Financeiro

Carolina Quirino Martins
Contadora - CRC 1SP 328973

Declaração da Diretoria sobre o Relatório dos Auditores Independentes

Em conformidade com o inciso V do artigo 25 da Instrução CVM 480, de 7 de dezembro de 2009, a Diretoria declara que revisou, discutiu e concordou com as conclusões expressas no Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras Individuais da CS Brasil Frotas S.A., referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

Mogi das Cruzes, 11 de abril de 2022.

João Bosco Ribeiro de Oliveira Filho - Diretor Presidente
Anselmo Tolentino Soares Junior - Diretor Financeiro

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e quotistas
CS Brasil Frotas S.A.

Opinião
Examinamos as demonstrações financeiras da CS Brasil Frotas S.A. ("Empresa"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da CS Brasil Frotas S.A. em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Empresa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assunto

Valores correspondentes ao exercício anterior

O exame das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2020 foi conduzido sob a responsabilidade de outros auditores independentes, que emitiram relatório de auditoria sem ressalvas, com data de 27 de abril de 2021.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração da Empresa é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Empresa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Empresa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Empresa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião.

Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Empresa.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Empresa. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Empresa a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

São Paulo, 11 de abril de 2022
PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/O-5

Priscila da Costa e Silva Paschoal Gomes
Contadora CRC 1SP222241/O-0



Esta publicação é certificada pelo Estadão, e foi publicada na página de Relação com o Investidor, o Estadão RI. Sua autenticidade pode ser conferida no QR Code ao lado ou pelo site: <https://estadao.estadao.com.br/publicacoes/>